

Intenções iniciais da política externa brasileira no governo Lula III

Carlos R. S. Milani¹

Diogo Ives²

“Uma verdadeira frente ampla contra o autoritarismo”: foi assim que Luiz Inácio Lula da Silva classificou, em discurso de 2022³, a coalizão de forças políticas que lhe ajudou a conquistar, *in extremis*, um terceiro mandato de Presidente da República no Brasil. No fragmentado sistema partidário brasileiro, 12 partidos (da esquerda à centro-direita) apoiaram-no no 1º turno da eleição, aos quais mais dois se somaram no 2º turno e outros, ainda, durante o gabinete de transição. Além de partidos, a frente ampla que Lula liderou na eleição presidencial foi composta por “trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, cientistas e lideranças dos mais diversos e combativos movimentos populares”, nos termos do próprio Lula. Ainda nessa lógica, “União e Reconstrução” foi anunciado, em janeiro de 2023, como o lema do governo brasileiro para os quatro anos de mandato.

Estes gestos foram justificados continuamente por Lula como um esforço de combater uma extrema-direita ultraconservadora, ultranacionalista e antidemocrática, que dirigiu o Estado brasileiro entre 2019 e 2022, liderada por Jair Bolsonaro. O projeto bolsonarista de país guiou-se por um desmonte do Estado e das poucas políticas públicas de bem-estar social; ataques ao Supremo Tribunal Federal, à imprensa profissional e a artistas; indicação sem precedentes de militares a cargos públicos estratégicos; facilitação da venda de armas para uso privado; negacionismo climático em meio ao aumento do desmatamento da Amazônia; negacionismo científico durante a pandemia de Covid-19; estigmatização de minorias sociais diversas, das mulheres aos negros, dos indígenas à população LGBT; desconstrução das instâncias federais de participação social; privatização de empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional; e insinuações constantes de golpe para concentrar poder nas mãos do ex-presidente.

A política externa do governo Bolsonaro oscilou entre um alinhamento automático ao governo Trump, nos Estados Unidos, durante primeira metade do mandato, e uma ausência de uma estratégia clara, na segunda metade, após Donald Trump ter sido derrotado por Joe Biden nas eleições para a Casa Branca. Os ataques

¹ Professor Titular de Relações Internacionais no IESP-UERJ, *Senior Fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), coordenador do Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC) e do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8204-6827>.

² Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ, pesquisador de pós-doutorado na mesma instituição com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, coordenador-adjunto do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e integrante do OIMC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4349-4413>.

³ Lula da Silva, Luiz Inácio. Discurso do presidente eleito na diplomação. *Gabinete de transição*, 12/12/2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/discurso-do-presidente-eleito-luiz-inacio-lula-da-silva-na-diplomacao/>. Acesso em 01/11/2023.

frequentes à China (disseminando preconceitos e muito desconhecimento em relação ao desenvolvimento chinês), à Organização das Nações Unidas e seu “globalismo” ou “marxismo cultural”, o abandono de qualquer projeto de liderança regional na América do Sul e nas relações Sul-Sul, entre outros aspectos, foram marcas da política externa bolsonarista.

Em 1º de janeiro de 2023, quando reassumiu a Presidência da República, Lula salientou, em seu discurso⁴, que a democracia havia saído vencedora da eleição de 2022. Em relação à política externa, listou, brevemente, diversas agendas que pretende retomar em relação a seus governos passados, do período 2003-2010, tais como integração sul-americana, diálogo ativo e ativo com atores globais, BRICS e cooperação com os países da África. Entretanto, sua ênfase maior foi na agenda ambiental, na qual destacou que “o mundo espera que o Brasil volte a ser um líder no enfrentamento à crise climática”, posto que o país abriga a maior parte da Amazônia, assim como vastos biomas, grandes aquíferos, jazidas de minérios, petróleo e fontes de energia limpa.

Em segundo lugar, Lula anunciou um compromisso com o combate à desinformação virtual que ameaça a democracia no Brasil e em outros países. Nas suas palavras: “Ao redor do planeta, articula-se uma onda de extremismo autoritário que dissemina o ódio e a mentira por meios tecnológicos que não se submetem a controles transparentes”. Lula afirmou que defenderia a plena liberdade de expressão, o que requereria a criação de “instâncias democráticas de acesso à informação confiável e de responsabilização dos meios pelos quais o veneno do ódio e da mentira são inoculados”. E concluiu que “este é um desafio civilizatório, da mesma forma que a superação das guerras, da crise climática, da fome e da desigualdade no planeta”.

Os imperativos de se retomar um protagonismo brasileiro na construção de normas ambientais e climáticas internacionais e atuar no desenvolvimento de um arcabouço institucional internacional em matéria de comunicação virtual podem ser entendidos como estratégias complementares de Lula para uma mesma prioridade: combater a extrema-direita bolsonarista. A articulação entre os dois temas se mostrou evidente nos atos golpistas e terroristas de 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro invadiu e depredou o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Dois dias depois, o Ministério da Justiça, com base em informações da Polícia Federal, anunciou que pelo menos dez empresários do agronegócio estavam entre os principais financiadores de ônibus para transportar os delinquentes a Brasília. Durante o governo Bolsonaro, parte do agronegócio se beneficiou da desconstrução de políticas ambientais para ampliar a apropriação ilegal de terras, o que, por sua vez, gerou receitas empregadas na difusão de mensagens virtuais de desinformação, ódio e ataque à democracia.

⁴ Lula da Silva, Luiz Inácio. Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional. *Gabinete de transição*, 01/01/2023. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/discurso-do-presidente-lula-no-congresso-nacional/>. Acesso em 01/11/2023.

Entretanto, ao situar a ameaça autoritária e negacionista de extrema-direita como a grande preocupação norteadora do seu governo, Lula vincula a política externa a um problema que não é apenas doméstico, mas também transnacional. Reconstruir a democracia brasileira apenas pode dar certo, hoje, quando se olha para além de *constituencies* domésticas e se busca construir bens coletivos no plano internacional, a fim de minar a organização reticular e transnacional de uma extrema-direita em diferentes continentes. Estes bens coletivos incluem normas e arcabouços institucionais internacionais nos campos do meio ambiente, clima e comunicação virtual que rejeitem o fundamentalismo de livre mercado defendido por ultraconservadores e libertários que compõem esta extrema-direita.

Diferentemente de lentes analíticas que se limitam ao conflito Norte-Sul ou postulam uma nova Guerra Fria opondo democracias no Ocidente e autocracias no Oriente, entender o combate à extrema-direita implica reconhecer que ela atravessa todos esses polos de conflito. Acreditamos ser mais adequado assumir que há coalizões sociopolíticas em disputa hoje, no plano nacional dos Estados e na ordem internacional. Estas coalizões são integradas por atores do Estado e da sociedade civil, que servem de base social a modelos de desenvolvimento político e econômico (mas também energético e climático) ancorados em concepções de mundo distintas. Tais concepções não se restringem a orientações sobre formas de Estado e conflitos de classe, mas também se referem a relações de gênero, raça, sexualidade, relações humano-natureza e outros marcadores de identidade e de lealdade política. No atual cenário, é imperativo ir além das variáveis “clássicas” e incluir, em especial, o meio ambiente e o clima como outro eixo de distinção analíticas entre coalizões de apoio a modelos de desenvolvimento. Trata-se de um eixo estratégico e norteador dos rumos da democracia e do desenvolvimento que, hoje, está sendo deliberadamente vinculado à construção de capacidades nacionais de poder.

Por exemplo, o governo Xi Jinping, ao anunciar o Livro Branco da civilização ecológica chinesa, tem planos declarados de converter a China no principal centro manufatureiro da indústria de automóveis elétricos, disputando o controle de um setor que foi estratégico para a ascensão dos Estados Unidos e para o destino de países exportadores de petróleo do Sul. Por sua vez, o governo Biden pretende reimpulsionar a indústria dentro do território estadunidense por meio de um pacote de centenas de bilhões de dólares justificados pela promoção de tecnologia limpa, afastando-se da estratégia neoliberal de priorizar a transferência de fábricas para a periferia global. A Alemanha não fica atrás da disputa e, desde o governo Merkel, planeja converter-se em destino final de uma série de corredores de hidrogênio verde que atravessarão a União Europeia, a fim de reduzir a dependência da sua indústria em relação ao gás oriundo da Rússia. Trata-se de poucos casos que já implicariam transformações profundas na geopolítica do mundo quanto aos modelos de desenvolvimento energético, tecnológico e econômico.

Em suma, contrapor-se ao conjunto de crises que marcam hoje a conjuntura internacional exige uma composição de forças democráticas que podem ser entendidas como uma coalizão necessariamente a favor da sustentabilidade ambiental (sem deixar de reconhecer disputas de significado sobre este termo na prática), em contraste com uma coalizão autoritária que manifesta negacionismo climático (em que não há nenhum compromisso com qualquer sentido de sustentabilidade). As políticas externas dos países contribuem para situá-los, por intenção ou omissão, em um dos lados desta balança de poder, com consequências diretas para a construção de alianças que beneficiem ou atrasem seus processos de desenvolvimento. As intenções iniciais do novo governo Lula parecem reconhecer este desafio, mas os rumos da tensa política doméstica e a acomodação de interesses conservadores dentro do governo serão decisivos para calibrar as ambições da política externa.